

Estatais: solução próxima

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

Cerca de noventa bancos privados, envolvidos na operação que pretende consolidar a dívida do grupo Siderbrás e da Nuclebrás, deverão assinar no próximo dia 16 o protocolo pelo qual vão transferir ao Banco do Brasil (BB) um volume de crédito calculado em Cr\$ 1,2 trilhão, de acordo com o levantamento mais recente e mais acurado desenvolvido pelas instituições bancárias sobre os diferentes contratos.

O valor corresponde à dívida vencida até o dia 30 de abril deste ano, entre operações de empréstimo externo tomadas através da Resolução nº 63 e financiamentos originários da linha do Finaime. As operações que ainda estão em carência ou aquelas que foram contraídas sem garantia real da União (esta última diz respeito apenas a dívidas contraídas pela "holding" Siderbrás) abrangem um total de Cr\$ 350 bilhões e ficarão de fora do "pacote", conforme informação colhida por este jornal junto à Secretaria Geral do Ministério da Fazenda.

A minuta do voto que introduz o "instrumento de ajuste particular de cessão de crédito" foi aprovada ontem na reunião da diretoria do Banco Central e de-

verá ser, finalmente, encaminhada à apreciação do Conselho Monetário Nacional (CMN) nos próximos dias.

O instrumento de ajuste, cujas regras já estão sendo encaminhadas pela Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) às diversas instituições credoras, prevê uma operação casada com vinculação entre a parcela dos créditos a ser transferida para o Banco do Brasil e uma outra parcela, calculada em Cr\$ 300 bilhões (só de principal), que será objeto de um sistema de reescalonamento, a partir do dia 1º de maio deste ano.

No período de carência, que cobrirá dezoito meses — até o final de outubro do ano que vem —, as estatais terão capitalizados os juros e as amortizações, que serão refinanciados pelos próprios bancos credores por um período de seis anos, com carência também de dezoito meses. Na fase de reescalonamento dos contratos vincendos, as empresas da Siderbrás e a Nuclebrás vão desembolsar apenas uma taxa adicional por mês de 1% sobre o valor do principal das operações que envolvem repasses do Finaime. Esta foi a forma encontrada para viabilizar os compromissos que os bancos assumiram com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).